

O MUNDO DA ESCRAVA GUILHERMINA VALENÇA – PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO

Regina Faria Arieira¹

Lá na úmida senzala, Sentado na estreita sala,
Junto ao braseiro, no chão, Entoa o escravo o seu canto,
E ao cantar correm-lhe em pranto
Saudades do seu torrão

A medida que se penetra no universo dos escravos visualiza-se nitidamente as fronteiras da sociedade brasileira. Nesse contexto, a visão de um Brasil colonial e imperial escravista é retratado por viajantes, e poetas da terra. Em “Canção do Africano”, de Castro Alves a perplexidade ao sistema ressalta sua sensibilidade e materializa o retrato de uma época ao descrever a vida dos escravos. Os escritos sobre a escravidão revelam o cotidiano do passado ao trazer para nós a visão do escravo e da sociedade formada nas terras do Brasil. Ao mesmo tempo, instiga a discussão sobre o sistema escravista que orientaram a formação da sociedade do século XIX no processo de constituição da sociedade burguesa.

No Novo Mundo, mobilidade e instabilidade, tornam-se características presentes nas diversas áreas da Colônia durante séculos. O sistema econômico imposto pela Metrópole portuguesa levava a contínuos deslocamentos no espaço. Antonil, já 1711, descrevia a população de Minas como os “filhos de Israel no Deserto” (ANTONIL, 1982, p. 11). Depositários de qualidades ímpares esses colonizadores, tornaram-se elementos fundamentais no processo ocupacional.

Entretanto, a grande extensão territorial dificultou a expansão territorial. Durante quase todo o século XVIII, as terras do Vale do Paraíba ainda mantinha

1- Professora Adjunta do Centro de Ensino Superior de Valença, mestre em História Social pela Universidade Severino Sombra, Graduada em Ciências Sociais e História pelo CESVA /FAA.

intacta sua exuberante floresta de mata Atlântica, violada apenas por algumas trilhas abertas na mata por contrabandistas e povoada por índios.

Já no fim do século XVIII, em 1789, nas “Áreas do Sertão do Rio Preto.” iniciou-se, a catequese dos habitantes de vários aldeamentos indígenas. e posteriormente agilizou-se o processo de aldeamento dos índios Coroados, pois, a cada dia que passava, o convívio entre fazendeiros e índios ia se tornando insuportável.

Em 1803, na margem esquerda, do rio Paraíba do Sul, surge a aldeia de Valença, onde foi erguida uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, em honra a D. Fernando José, descendente dos nobres de Valença em Portugal.

Nesse contexto, surge a sociedade valenciana estruturada como as demais áreas econômicas coloniais: por homens livres e escravos. O café, produto de grande valor no mercado internacional no século XIX, é responsável pela interiorização do homem branco em busca de terras e riqueza. Vivendo, por assim dizer, como verdadeiros desbravadores.

O espaço conquistado e a prosperidade cafeeira são visualizados pela mobilidade constante do tráfego de tropeiros, com suas tropas de muare, que cortam a região num vai e vem constante, articulando o comércio interno da Província com os gêneros de primeira necessidade e o transporte das sacas de café. O crescimento e a importância econômica, em meados do século XIX, transformam a simplória vila em cidade no ano de 1857. Entretanto, é só a partir do ano de 1872, que o crescimento populacional de Valença, é delineado no Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial – Laemmert², tais dados foram publicados a partir dos anos de 1874 e estendendo-se até 1885 (LAEMMERT, 1875).

O levantamento quantitativo analisa o município e a cidade onde a grande massa populacional encontrava-se distribuída no grande número de propriedades de pequeno e grande porte. Segundo o Almanaque tais propriedades eram identificadas através de listas nominativas classificando-as em grupos de fazendeiros, fazendeiros em menor escala e lavradores, além dos proprietários de engenhos de fabrico de açúcar e aguardente. A população total da freguesia, segundo a

2- O Almanaque Laemmert teve sua primeira edição no ano de 1844, com dados relativos a 1843. O município de Valença é citado a partir do ano de 1848, contudo tais dados são relativos à sua organização municipal e a listagem de negociantes e fazendeiros.

estatística organizada no mês de Setembro de 1872, consta de 18.907 almas; a saber:

Livres.....	9.064
Escravos.....	9.843

Sendo:

Homens livres.....	4.869
Homens escravos.....	5.000
Mulheres livres	4.195
Mulheres escravas.....	4.843

Com relação à cidade a população total contabilizava 3.264 almas. Destes, 1336 homens livres, 454 escravos, 1042 mulheres livres e 432 mulheres escravas. Percebe-se, portanto, uma superioridade de 21% do número de homens em relação ao grupamento feminino. O que muda radicalmente é o quantitativo de escravos em relação as áreas rurais da freguesias de Valença.

Nos registros do ano de 1874 (LAEMMERT, 1874), a modificação é pontuada com um aumento significativo de escravo no município (17.256) em relação aos dados de 1872. Além, da subdivisão dos mesmos. O número de escravos é relativo às matriculas até 31 de dezembro do referido ano. Portanto, contabiliza-se um total de 27.099 escravos, e dos quais 3.582 ingênuos (filhos de escravos) e 1.782 são averbados. A partir do decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871 é aprovado o regulamento para a matrícula especial dos escravos e dos filhos livres de mulheres escravas – a averbação.

Voltemos aos registros. No Almanaque do ano de 1877 (LAEMMERT, 1874, p. 298), encontramos os registros dos escravos matriculados até o 31/12/1875. No qual nota-se um pequeno aumento no número de escravos averbados 2.724. Verifica-se a cada ano uma preocupação por parte dos senhores em legalizar seus plantéis de acordo com a norma vigente, além de um detalhamento maior nos registros pelas autoridades constituídas. Na publicação de 1878 (LAEMMERT, 1874,

p. 282) e 1879 (LAEMMERT, 1874, p. 366) na qual novos dados são acrescidos aos registros, como o número de falecidos, alforriados, transferidos (vendidos?), além da contabilização dos escravos existentes em Valença.

Matriculados	27.099
Averbados.	4.165
Falecidos.....	2.815
Manumitidos	426
Mudados para outros municípios....	1.742
Existentes.....	26.281

É certo que, os dados descritos não traduzem cem por cento à realidade e os respectivos habitantes dos cativeiros valencianos. Mas, a identificação de manumissões concedidas começa a delinear um novo perfil – o vínculo a terra, a propriedade agrícola. Nesse espaço onde haviam servido como escravos, agora vivem na situação de agregados ou de trabalhadores remunerados.

Dadas às características políticas do governo, no mesmo documento da Coletoria deste município, sobressai à preocupação com o registro do estado dos filhos, livres de mulheres escravas até 30/12/1877, tornando-se, portanto, índices privilegiados.

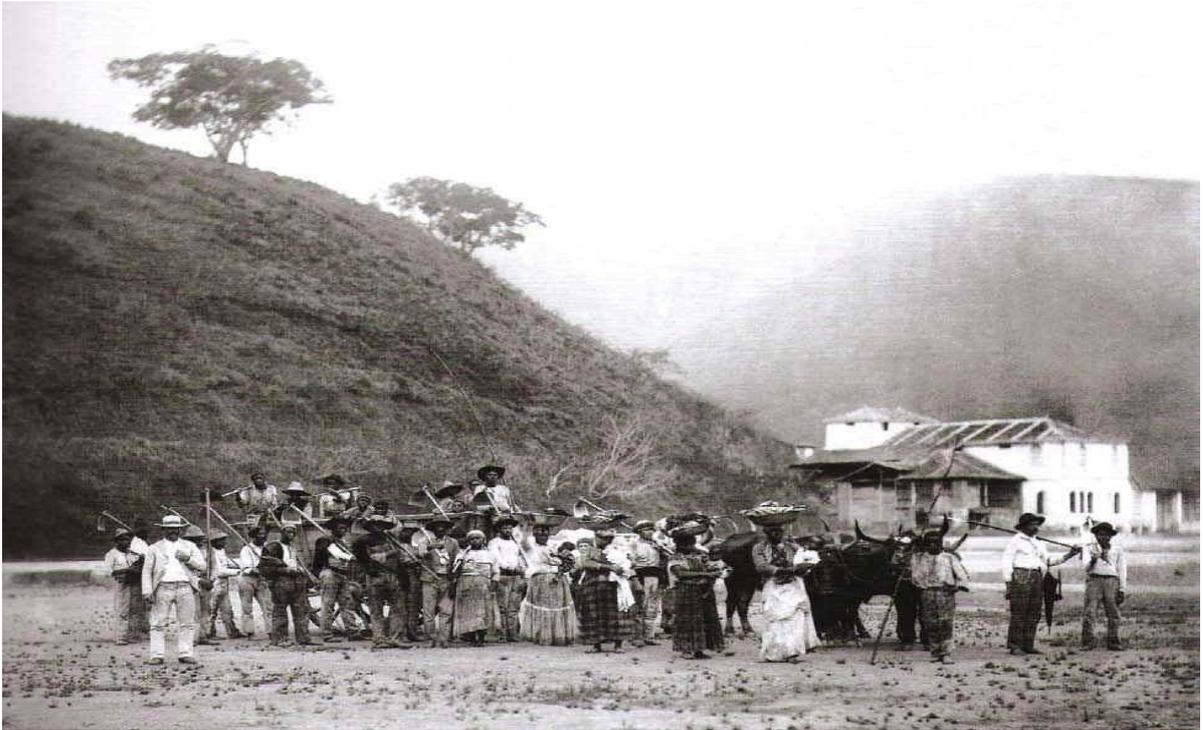
Ingênuos.....	5.493
Existentes.....	3.637
Falecidos	1.667
Saídos	27
Ingênuos entrados.....	58
Ingênuos mudados.....	27
Escravos matriculados.....	31.397
Falecidos	2.921

Em poucos anos constatamos um crescimento do número de escravos, em relação às duas outras cidades do Vale do Paraíba. Paraíba do Sul apresenta um decréscimo acentuado, como estamos em um período de ausência do tráfico, pode ser que proprietários desta cidade tenham migrado para Valença, ou vendido seus escravos, caso estejam vivenciando uma crise mais acentuada que as demais. A preferência pelo escravo do sexo masculino nos municípios é nítida. Entretanto, sobressai a diferença de mais de 100%, apresentada no ano de 1884 em Valença. Nos parece estranho que no contexto pós-tráfico a população escrava em Valença esteja crescendo de maneira vertiginosa exatamente no padrão do tráfico anterior a 1850. É plausível supor o envelhecimento dos cafezais além da restrição de novas áreas de plantio, em Vassouras e Paraíba do Sul, ocasionando assim uma crise econômica, na qual seus plantéis foram disponibilizados. O quadro esboçado reproduz momentos já vivenciados em várias áreas econômicas escravistas.

Número de escravos por sexo nos municípios de Valença, Vassouras e Paraíba do Sul nos anos de 1878, 1881 e 1885

ANOS/MUNIC.	1878			1881			1884		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
VALENÇA	15.339	11.760	27.099	14.804	11.1161	25.965	23.734	10.489	34.223
VASSOURAS	12.261	8.802	21.063	10.540	8.525	19.065	10.821	8.070	18.891
PBA. DO SUL	10.940	7.861	18.801	9.119	6.697	15.816	8.319	6.067	14.386

Fonte: Relatórios dos Presidentes de Províncias do Rio de Janeiro 1879, 1881,1885 (MACHADO, 1993, p. 113)



Com o tempo, Valença orgulhava-se da sua prosperidade econômica, dos seus solares rurais, da sua influência cultural na terra fluminense. Se partirmos do princípio que as relações formadas são reflexos da dinâmica da circularidade cultural, que segundo Carlo Ginzburg (GINZBURG, 1999) cultura é definida como uma “massa de discursos, formas de consciência, crenças e hábitos relacionados a determinado grupo historicamente determinado”. Iremos perceber que as relações formadas pelos dois grupamentos “brancos e negros”, irão representar discursos distintos, mas que se interagem em algum momento.

Na interação simbólica mesmo de modo indireto, através de pequenos indícios, é possível, decifrar aspectos de uma determinada sociedade, de uma realidade mais profunda visualizando o geral a partir de sinais particulares. Seguindo esse raciocínio, através dos discursos que se formaram nos cativeiros de Valença e dos laços verticais que uniam a família escrava à família senhorial, além dos laços horizontais de família, parentesco e compadrio entre escravos, separando de um lado a família branca e de outro a família negra.

Batismo e as relações de parentesco

Do ponto de vista de que era necessário para a escravidão acabar com as raízes do cativo, receber um nome cristão era o primeiro passo a inserção no mundo branco. Com certeza era no batismo que se consolidava essa imposição de nomes e nomenclaturas, que passava classificar o escravo para o trabalho e dentro da comunidade que se inseria.

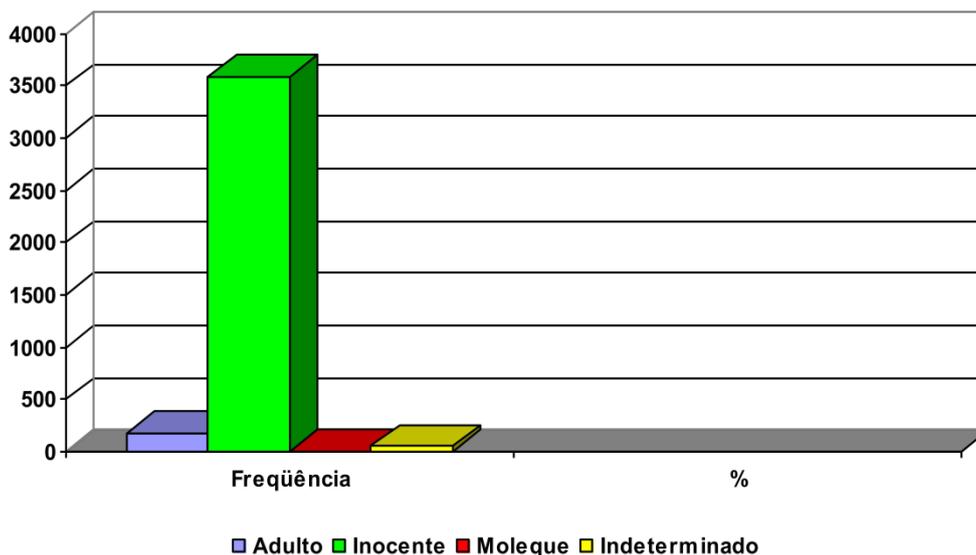
Assim, na paróquia de Nossa Senhora da Glória, num total de 3.833 assentamentos abrangendo o período de 1823 -1885 encontram-se dados que delineiam as relações formadas, na pia batismal. Os laços e privilégios que se criam quando o mundo material e o espiritual são conectados a partir do apadrinhamento, não podem ser generalizados, pois cada sociedade possui um grau de sociabilidade.

Percorrer esses registros é como mergulhar na memória familiar dos escravos e de seus senhores. Dessa maneira, é extremamente significativo os registros paroquiais de Valença. Sobressaem os documentos de batismos no aspecto quantitativo e qualitativo, respaldando, assim, a importância dada a esse sacramento. De fato, com o rito sacramental do batismo, os cativos passavam a existir oficialmente na comunidade cristã e social.

Uma vez mais as referências simbólicas são decisivas e dão legitimidades. O reconhecimento de direitos aos escravos permite uma maior autonomia no cativo. É certo que, os registros além da visualização do crescimento econômico e conseqüentemente dos plantéis de Valença, demonstra uma nova postura social por parte dos fazendeiros e proprietários de escravos. Pois, o grande número de inocentes batizados na paróquia de Nossa Senhora da Glória, principalmente a partir de 1871. Comprova-se a determinação da legalização do registro de batismo, pela Lei do Ventre Livre de 28/9/1871, no seu artigo 7º, parágrafo 5º.

Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravos nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de cem mil reis. (BONAVIDES; VIEIRA, 1997, p.556)

Gráfico 1: Frequência segundo a faixa-etária dos Registros de Batismos.
 “Valença, 1823-1885”

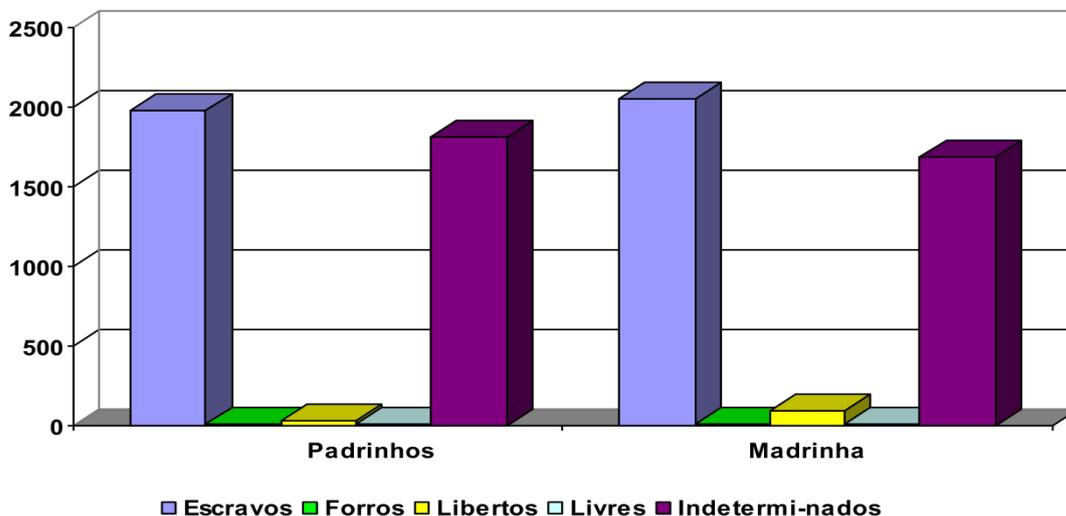


Fonte: Tabela 2 (SILVA, 2005).

Seguindo esse raciocínio os livros de batismos de Valença assim como de outras áreas, registram a vida social de uma comunidade. A escrava apesar de estar inserida dentro de uma sociedade rígida usou o compadrio – o parentesco ritual, para estabelecer alianças sociais, resgatando valores e princípio até então impossíveis de se constituírem. O compadrio não estava subordinado a uma legislação, portanto a relação formada não era material mais sim social e política (SCHWARTZ, 1988).

Silva numa análise pormenorizada ressalta as relações e escolhas de compadrio formadas nos cativeiros de Valença, no qual, padrinhos e madrinhas cativos nesta cidade constituíram respectivamente 51,73% e 53,56%, apresentando uma pequena vantagem para as madrinhas, visto que em alguns casos só ela levava a criança a pia batismal (SILVA, 2005). Em relação à escolha de santos e santas para apadrinhamento, muito comum na época em várias localidades, em decorrência de promessas feitas pelo parto da criança ou mesmo por ausência de conhecimento, encontramos nos registros apenas dois casos, mostrando assim que os cativos procuravam através do compadrio ampliar suas alianças e relações no cativoiro.

Gráfico 2: Frequência segundo a condição jurídica nos Registros de Batismo.
 “Valença, 1823 -1885”



Fonte: Tabela 4 (SILVA, 2005)

Desse modo o apadrinhamento pelos libertos, destaca-se a presença de madrinhas. Justifica tal escolha a proteção que poderia advir da madrinha (segunda mãe) livre que responderia com maior certeza a essa proteção que o padrinho. A preferência por pessoas não escravas para o batismo foi mínima, esses dados demonstram, a forte integração dos negros em Valença que ampliaram seus laços de parentesco dentro de seu próprio cativeiro, ou seja, a escolha de pais suplementares para os filhos solidificou as relações dentro da própria comunidade.

Na verdade, a vida em família foi experimentada por uma parcela significativa dos escravos, especialmente nas grandes fazendas de café. E que sua existência interferiu, com maior ou menor peso, na lógica da demografia de *plantation* e até mesmo no mercado de escravos. Pois, transformava os cativos em “reféns”, tanto de seus anseios quanto do proprietário.

Casamento no cativeiro valenciano

Ao enfocar o sacramento do casamento, não se poderia deixar de ressaltar sua importância como um marco social em todos os grupamentos. Aceitar o casamento religioso perante a Igreja, nos moldes do homem branco, era conveniente aos escravos, pois esse resguardava a união da família mesmo quando

da partilha de uma herança. Os casamentos das senzalas, isto é, as uniões entre cativos eram convenientes ao senhor, pois os cativos criavam vínculos e aceitavam melhor sua condição; além da cristalização dos valores e costumes transmitidos e gerenciados pelos mais velhos.

É de notar que entre os livros de casamentos escravos, catalogados pela matriz de Nossa Senhora da Glória que correspondem ao período de 1819 a 1885, os registros não seguiam os mesmos padrões, demonstrando assim a independência de cada vigário em relação aos assentamentos. Entretanto, o item origem dele/dela é o de maior indeterminação, logo os antecedentes dos casais de escravos eram irrelevantes a sua condição maior “ser escravo” durante ao ato religioso. Não resta dúvida de que os registros paroquiais não incluem as uniões consensuais, portanto não exprime a realidade dos laços familiares formado pelos escravos de diversas senzalas. Não resta dúvida, que a relativa tolerância racial também possibilitou o sexo pluriétnico, os concubinatos e as aventuras que geravam descendentes sem o casamento religioso como em outras áreas escravistas.

Tabela: Registros de Casamentos de Escravos.
“Valença, 1823 -1885”

Registro	Nº de Registro	%
Local	275	100
Data do Casamento	275	100
Nome Dele	273	99,27
Nome Dela	271	98,54
Proprietário / Dele	258	93,81
Proprietário / Dela	248	90,18
Origem / Dele	92	33,45
Origem / Dela	89	32,36
Testemunhas	384	-
Testemunhas/ escravas	182	66,18

Fonte: Livro de registro de casamento da Paróquia de N. S^a. da Glória (ARIEIRA, 2007)

Gráfico 3: Registros de Casamentos de Escravos “Valença, 1823-1885”

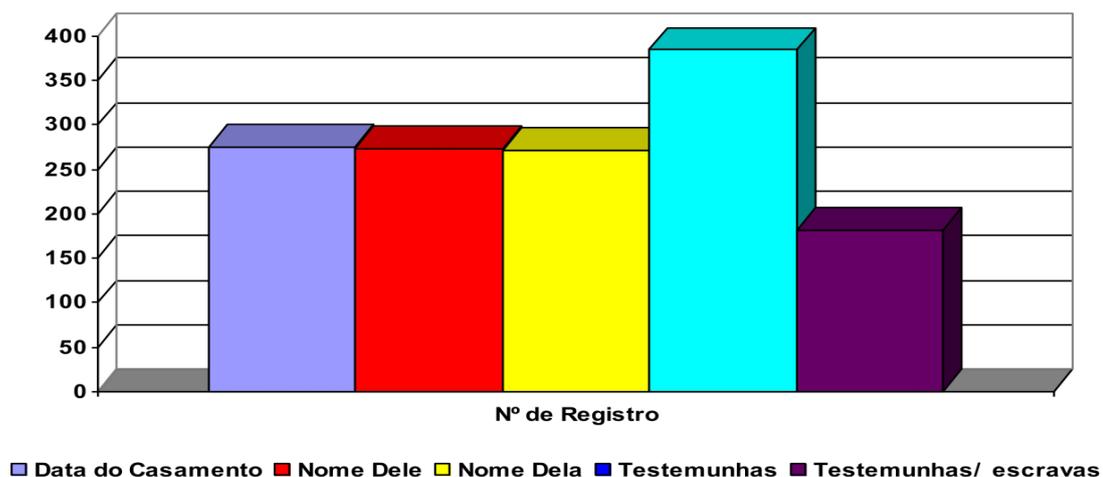
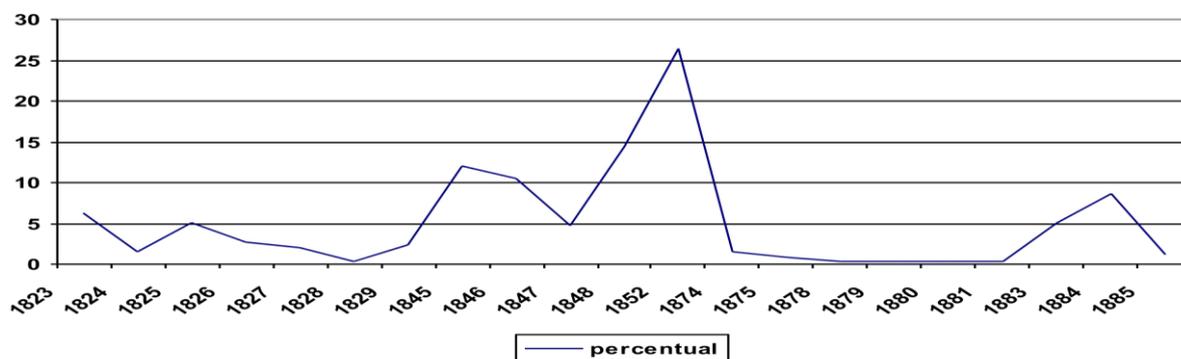


Tabela 6 (ARIEIRA, 2007)

A busca do escravo pela ressocialização nos cativeiros valencianos possibilitou vários arranjos sociais. Essa interação destaca-se nos registros do número de testemunhas livres apadrinhando os casamentos escravos, nos quais várias dessas pessoas eram testemunhas em diversos casamentos de escravos de diferentes senhores. E não foi encontrado nenhum senhor testemunhando o casamento de seus escravos, contudo pessoas ligadas à sua família foram testemunhas nos enlaces. E é em 1852, que ocorre o ápice dos casamentos escravos com o registro de 68 uniões consagradas pela Igreja.

Gráfico 4: Levantamento Quantitativo de Casamento de Escravos ano/ nº de registro “Valença, 1823-1885”



Fonte: Registros de Casamento do período de 1819 a 1885 da Paróquia de Nossa Senhora da Glória (ARIEIRA, 2007, p. 92).

Quem casa, quer casa

É o título de uma comédia escrita pelo teatrólogo Martins Pena em 1845, que retrata o dia a dia de uma família branca do século XIX. Entretanto, ao mostrar como funcionavam as relações sociais, contribui para a compreensão histórica sociológica do seu tempo. A Casa, nesse contexto simboliza a família, e não é só lugar de proteção e de segurança, mas espaço de socialização e de humanização.

Nesse universo de brancos e negros surge a família escrava a partir de uma concessão senhorial, sustentada pelo poder moral dos senhores que reforça o sentimento de legalidade, de compartilhado quando são abrigadas em áreas restritas.

Entre os vários viajantes que percorreram as diversas regiões do Brasil e o Vale do Paraíba durante o século XIX, descrevendo ou desenhando suas peculiaridades, destacamos as anotações de Maria Graham, que comprovam os relatos anteriores, nos quais “os casais moravam em cabanas, e que estas se localizavam juntas, separadas das moradias dos solteiros”. Contudo, não descreve a moradia dos solteiros, deixando-nos a imaginar que se acomodassem separadamente ou mesmo em senzalas-barracões (GRAHAM, 1956).

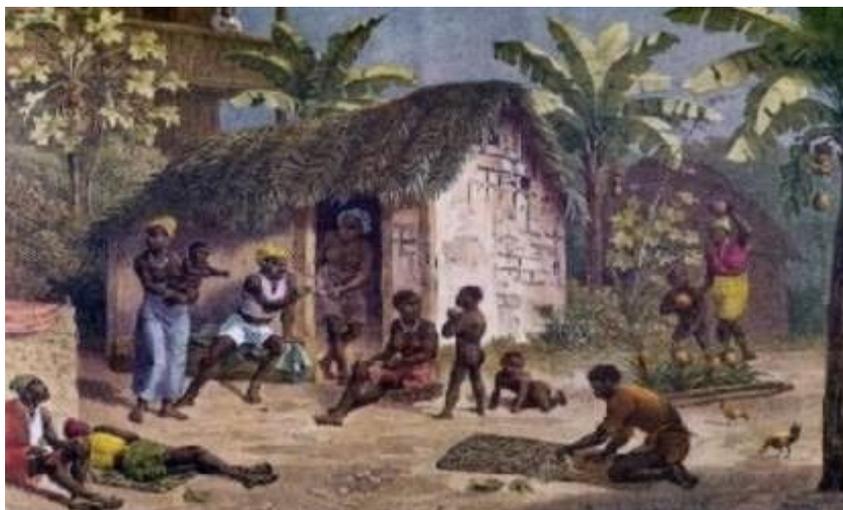
Os escravos da fazenda, casados ou não, são alojados em compartimentos/cabanas” – “dispostos em filas alinhadas ou em grupos, de acordo com o terreno [...] . Esses compartimentos/cabanas, construídos com paredes de terra, sem janelas e cobertos de palha, são chamados de *senzala* na língua do país [...] (RIBEYROLLES, 1941, p. 39).



A população escrava fluminense.

“Antes da partida para a roça”, litografia de V. Frond. In: Charles Ribeyrolles. *Brasil Pitoresco*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1859

Rugendas na litografia “Habitações dos negros” (figura 3) apresenta os compartimentos / cabanas com teto de palha. Esse tipo de moradia também foi relatado pelo escritor e artista francês Ribeyrolles que passou por Valença em 1857.



“Habitação dos Negros”, in RUGENDAS, Johann Moritz. *Malerische Reise in Brasilien*. Paris: Engelmann & Cie. 1835 4ª divisão, prancha 5, s/p.

Os registros de óbitos

A religião e seus ritos eram o núcleo de convivência da sociedade. Festas e manifestações religiosas constituíam uma forma de reunião social. De acordo com as prescrições sinodais (CONSTUIÇÕES..., 1707), os escravos pertenciam à comunidade católica, com isso possuía os mesmos direitos da população livre quanto aos sacramentos, cabendo aos párocos “[...] velarem para que eles fossem assistidos religiosamente, devendo dar aos mesmos AJUDA, CONFORTO E AUXÍLIO NA HORA DA MORTE” (CONSTUIÇÕES..., 1707).

Dos registros paroquiais, os de óbito são, por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados e casamentos. Moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença. Era, na realidade, uma escolha. Pode-se então concluir que, de fato, muitas pessoas, em particular escravos, morreram e foram enterradas sem o conhecimento dos párocos, sem receber nenhum sacramento (FARIA, 1998).

Como se vê, os dados levantados nos registros de óbitos de escravos da paróquia de Nossa Senhora da Glória abarcam um período longo. Nos livros existem

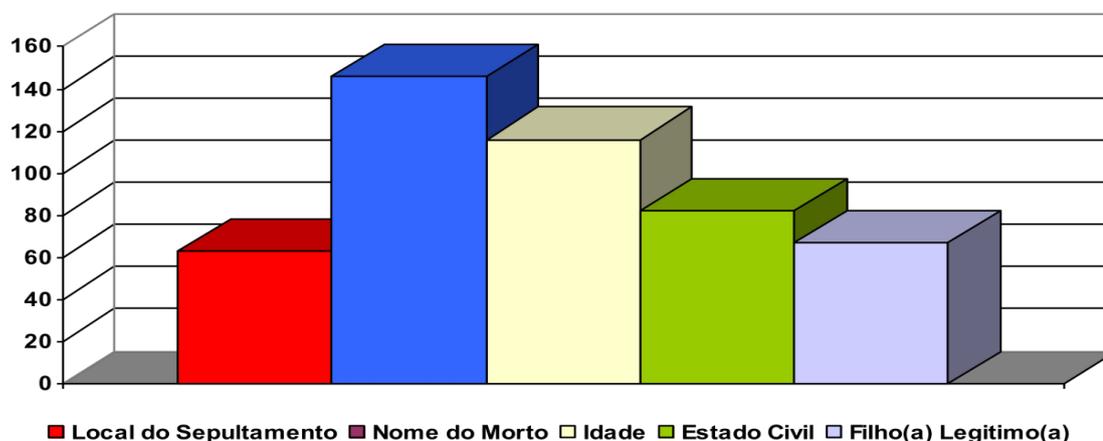
registros dos anos de 1820 a 1887. Neles constam o nome do escravo, do dono, origem, idade, sacramentos ministrados, lugar do enterro, os nomes de mães e/ou pai, quando crianças, ou cônjuges, com suas condições (se escravos, forros). A vida e a morte regulavam o comportamento e o costume na cultural espiritual onde um círculo de existência se fechava.

Tabela: Óbitos de Escravos Valença 1820 -1887

Registro	Nº de Registro	%
Freguesia de Valença	152	99,34
Local do Sepultamento	63	99,34
Nome do Morto	146	96,05
Idade	116	76,31
Estado Civil	82	53,95
Filho(a) Legítimo(a)	67	46,05
Família Proprietária	149	98,03
Doença	3	1,97

Fonte: Livro de registro de óbitos da Paróquia de N. S^a. da Glória do período de 1820-1888 (ARIEIRA, 2007, p. 111).

Gráfico 5: Óbitos de Escravos “Valença, 1820 -1887”



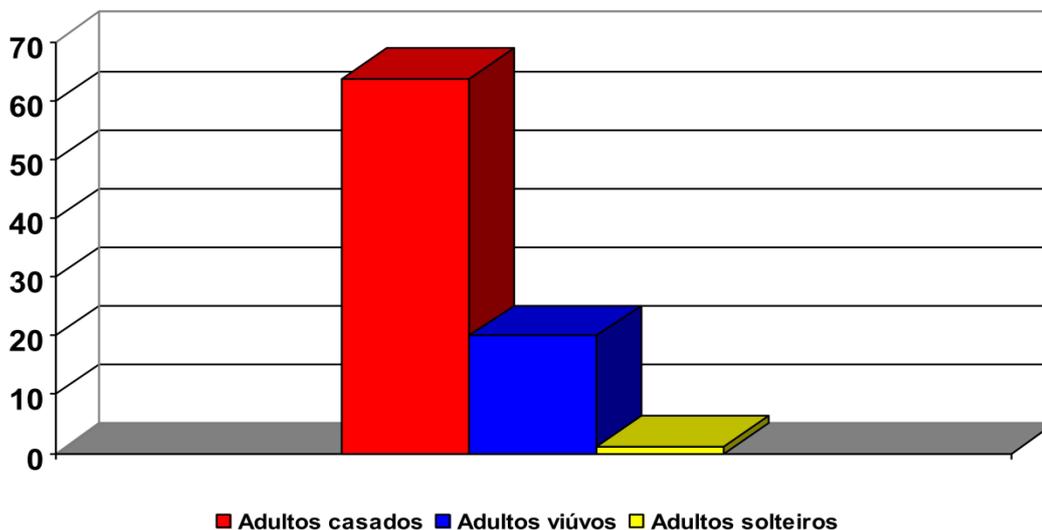
Fonte: Óbitos de Escravos Valença 1820 -1887 (ARIEIRA, 2007, p. 112).

Tabela: Frequência Segundo a faixa-etária dos Registros de Óbitos.
“Valença, 1820 – 1887”

Faixa Etária	Frequência	%
Total de adulto	85	55,92
Adultos casados	64	42,10
Adultos viúvos	20	13,15
Adultos solteiros	1	0,65
Total de inocente	34	23,36
Inocentes/filhos legítimos	34	23,36
Total de Moleque	9	5,92
Moleques / filhos legítimos	9	5,92
Indeterminado	24	15,78
Total de registros	152	100

Fonte: Livro de registro de óbitos da Paróquia de N. S^a. da Glória (ARIEIRA, 2007, p. 121).

Gráfico 6: Freqüência Segundo a faixa-etária dos Registros de Óbitos.
“Valença, 1820 – 1887”



Fonte: Livro de registro de óbitos da Paróquia de N.S^a. da Glória (ARIEIRA, 2007, p. 121).

Mas é preciso questionar se os registros de óbito só assentavam as crianças fruto do relacionamento sacramentado ou os registros não reproduzem a realidade sobre o óbito dos escravinhos. Muito embora essa análise se restrinja a meros questionamentos, cabe nos ressaltar que em estudos feitos por Manolo Florentino e José Roberto Góes em outras áreas escravistas, os dados se parecem aos dos valencianos: [...]. os escravos com menos de Dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos; [...]dentre Estes, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos (GÓES, 2002).

Com relação a incidência de óbito na faixa etária adulta, nos leva a perceber que quase a totalidade dos mesmos são casados e/ou viúvos. Assim sendo, podemos pensar que os proprietários da região eram favoráveis à formação das famílias cativas em seus plantéis. Ou que os assentamentos eram feitos só dos escravos que tivessem algum sacramento anterior, mostrando um certo tipo de relacionamento com a religião e a religiosidade colonial, em uma palavra: aculturados. Além do que o número de assentamentos indeterminados deixa aberta várias especulações sobre os mesmos, eram escravos em uniões não reconhecidas, assentamentos feitos a posteriores com isso lançados sem os dados completos, etc. Por outro lado, o dia-a-dia no cativo, proporcionava a desvalorização da vida e a

banalização da morte. Dessa forma, é preciso pensar na letra do jongo “Quando eu morrer” de autoria de Mãe Zeferina

Quando eu morrer não precisa enterrar
Me joga na Paraíba deixa as águas leva
A carne os peixe come
Os ossos deixa afundar³.

A parage do Ribeirão das Flores

Em meio a inúmeros registros paroquiais da matriz de Nossa Senhora da Glória, surge a história de Guilhermina, escrava e única filha segundo os assentamentos do casal de africanos José e Mariana, sua data de nascimento é ignorada, mas seus padrinhos foram José e Maria, escravos na mesma fazenda de seus pai em Valença. O fato é o retrato da vida de muitas outras escravas e escravos que mesmo com “saudades do seu torrão”, foram levados a construir novas relações e identidades ao longo do cativeiro. Afinal, era a sociabilidade que diminuía o sofrimento e criava vínculos. Portanto, para delinear esse relato, precisamos compreender o cotidiano do passado com todos os seus entrelaces a fim de construir sua trajetória dentro de um dos cativeiros do Vale do Paraíba.

As terras que compõem a maioria das fazendas constituídas no início do século XIX, em Valença, foram adquiridas por meio de sesmarias, como a Campo Alegre e Chacrinha áreas vividas por nossa protagonista e seus “parentes”. A sesmaria de Campo Alegre foi concedida em 23 de dezembro de 1806 a Alexandre Manoel de Lemos e a Chacrinha a Joaquim José dos Santos a partir de seu requerimento a Dom Fernando José de Portugal, Capitão General de Mar e Terra e Vice-Rei do Estado do Brasil

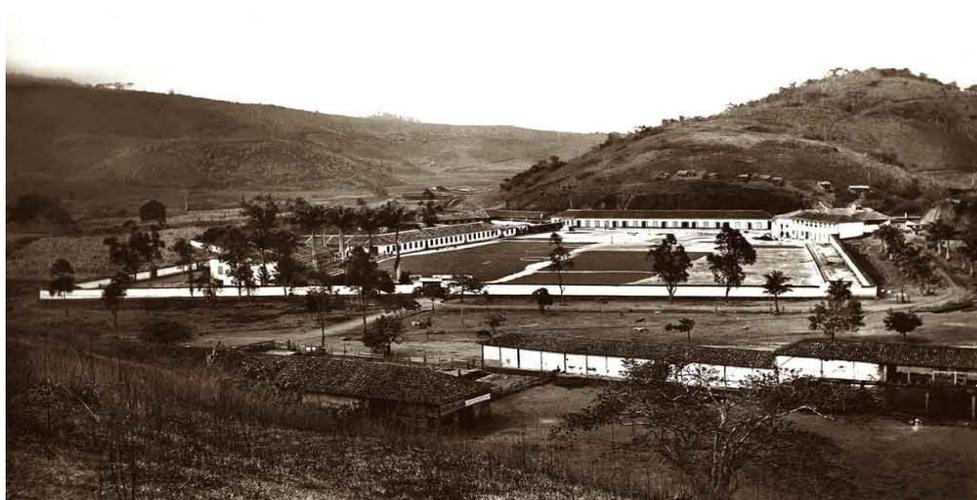
“... Meia légua de terra em quadra na parage chamada ribeirão das Flores, Serra acima. Partindo pelo Norte com quem de direito e pelo sul com as da Sesmaria concedida ao Alferes Manoel Lemos. (sic)”⁴

3- Jongo do Quilombo São José. Gravado ao vivo em 10/2004 no Quilombo São José, Valença, Rio de Janeiro. Nasci n’ Angola – música de José Maria. MATTOS, H.M. Coordenadora do Projeto Memória do Cativeiro do Lab. de História Oral e Imagem do Dep. de História da UFF.

4- Sesmaria de Santos, J.S. – Valença- 1808; 112 fls, Caixa 148, Arquivo Nacional.

Em 1813, Santos era também senhor da sesmaria de Campo Alegre, adquirida provavelmente do primeiro sesmeiro; porém tudo leva a crer que foi em meados da década de 1840, que o Capitão Manoel Pereira de Souza Barros adquiriu as duas sesmarias. Vindo da Corte do Rio de Janeiro, com residência fixa na Freguesia de Sant'Ana (Campo de Sant'Ana) onde, inclusive teria nascido o seu único filho, Manoel Pereira de Souza Barros, batizado nesta mesma paróquia no dia 13 de abril de 1842. É em 25/7/1845, que a pequena Guilhermina era batizada, segundo os registros paróquias da Matriz de Nossa Senhora da Glória de Valença.

Durante as duas décadas posteriores Souza Barros, tornou-se um próspero homem de negócios, aproveitando as instalações que as fazendas já possuíam e construindo novas benfeitorias, se dedica ao plantio do café e a produção de aguardente. Residia com sua família em Campo Alegre, propriedade próxima da Estrada que ligava Minas a Corte, formada de uma ampla várzea nas margens do rio das Flores.



Panorâmica da Fazenda Campo Alegre.

Foto: Marc Ferrez, 1890? Col. Gilberto Ferrez, IMS. 2007
<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>

Segundo relatos de época a fazenda Chacrinha ficou reservada ao seu único filho, que tendo sido atacado de moléstia grave, em sua adolescência, abandonou o curso que estava fazendo na Faculdade de Direito de São Paulo, e seu pai viu-se obrigado a mandá-lo para Portugal, onde se submeteu a rigoroso tratamento. O rapaz já restabelecido da doença (MACHADO, 1993), retorna a fazenda no final da década de 1860, quando é recebido pelo pai com uma grande festa em sua homenagem, na Campo Alegre. Conta-se que nesta festa o agora Comendador

Souza Barros fez pesar o jovem rapaz em uma balança, colocando em um dos pratos barras de ouro. O seu peso em ouro foi o valor do dote que lhe deu o seu progenitor. Por toda a região, passou a ser chamado de “menino de ouro” (IÓRIO, 1953).



Panorâmica da fazenda Chacrinha

Foto: Marc Ferrez, 1890? Col. Gilberto Ferrez, IMS. 2007

<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>

Enquanto isso um acordo é selado, o casamento do “menino de ouro” agora chamado de Barão de Vista Alegre, com a prima D. Rita Arnalda Pereira de Souza Barros, como era o costume da época: a união que se mantinha a fortuna familiar, através do entrelace político e social em que a realidade financeira falava mais alto que as questões do coração. Com a união do jovem casal as terras do ribeirão das flores estavam para ser palco de grandes transformações. Afinal, do casamento resultou o nascimento de onze filhos sendo que dez atingiram a idade adulta (GINZBURG, 1999). O Barão de Vista Alegre, o “filho único” do Comendador Souza Barros, celebrava a chegada de cada herdeiro e conseqüentemente o crescimento de sua prole estendendo sua alegria aos cativos de suas terras da seguinte forma

Cada filho que viesse do casal, o Barão, libertava sempre dois escravos: se fosse do sexo feminino, dava liberdade a duas escravas; se nascesse um homem, tornava livre um escravo e uma escrava (GINZBURG, 1999).

Os anos passaram e em julho de 1871, falece o Comendador Manoel Pereira de Souza Barros e, meses depois, sua mulher Leocádia Delfina. Nesta época o casal residia na rua Conde d'Eu, na Corte do Rio de Janeiro. Seu filho Manoel o "menino de ouro", já a frente dos negócios do pai é o único herdeiro do patrimônio do Comendador e inventariante, sendo assim não ocorreu partilha de bens.

Mais de duas décadas se passaram sem nenhum registro sobre a família do casal de africanos José e Mariana, entretanto é no inventário do Comendador que possivelmente reencontramos a pequena Guilhermina, agora com vinte e seis anos casada com Honório de trinta e cinco anos, escravo com a função de pedreiro e pais de Umbelina, de sete anos. Cabe-nos lembrar que o cotidiano do escravo, possuía uma temporalidade única, na qual se resumia os ciclos da vida com seus ritos e o trabalho.

Ao mesmo tempo transformações políticas e sociais ocorriam no Brasil e conseqüentemente no Vale do Paraíba, e que vieram somar novas atitudes nos cativeiros valencianos nesse período, destacamos a Lei do Ventre Livre, que no seu texto tratava de diversos aspectos anteriormente já citados. Foi sancionada pela princesa Isabel, na condição de regente do trono, aos 28 de setembro de 1871, que a *priore* determinava que:

Art. 1o: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

Contudo, em sua amplitude a Lei, proibiu a separação de casais ou de pais e filhos menores de 12 anos, dispunha também sobre normas processuais, cadastramento ou matrícula de todos os escravos existentes no Império, registro paroquial e estabelecimento de sanções, a serem aplicadas na forma dos regulamentos. Porém, a estrutura dos cativeiros do Comendador e de seu filho já se adequavam quase totalmente a nova formatação bem antes da legislação.

Em meio às transformações, em abril do mesmo ano nasce Justina, também filha de Guilhermina, que segundo os registros paroquiais foi levada a pia batismal em 5/5/1872, sendo escolhidos para compadres escravos da fazenda Campo Alegre, Adão Crioulo, que era solteiro, segundo o inventário e a madrinha foi Eudonia, solteira mas mãe da menina Lauriana, de três anos de idade e de cor parda.

Arranjos se faziam na escravaria do Comendador, assim como deu-se em diversas outras propriedades no Vale do Paraíba

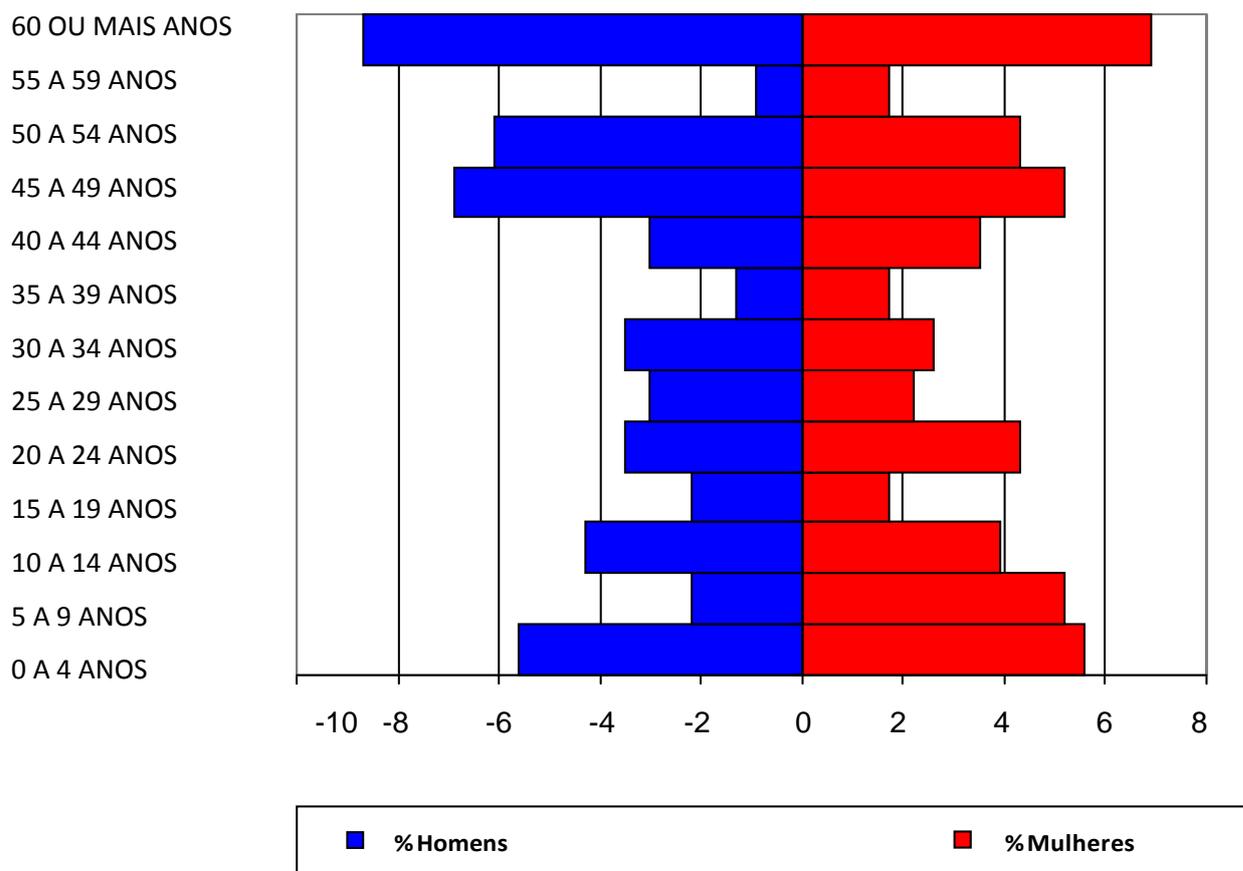
Pelo casamento e, antes ou depois, por meio do nascimento de uma criança escrava, vários indivíduos criavam ou estreitavam laços que, nas difíceis circunstâncias da vida em escravidão, eram laços de aliança. A mãe e o pai da “cria” (como aparecem nas fontes) viam reafirmando o propósito comum de juntarem suas forças de modo a melhor viver a vida possível. Ambos arrumavam um compadre e, muitas vezes, uma comadre. E, talvez, cunhados, cunhadas, sogros e sogras. E se a criança, o que era fácil, sobrevivesse até a idade de procriar, muito mais alargada ainda seria essa rede de laços de solidariedade e aliança (FLORENTINO, 1997, p. 173-74).

Na fazenda Campo Alegre, os cativos contabilizavam um número de 182 e sendo em menor número, 49, na Chacrinha. Pela análise do inventário dos escravos é possível sugerir que as relações entre os cativos e a “estabilidade” da escravaria resultou em diversas gerações dessas famílias que fizeram aumentar o número de seus laços parentais, ainda que com isso, incrementassem o número de cativos do seu proprietário.

Ao observarmos a distribuição por sexo e por faixa etária, percebemos um equilíbrio, principalmente na relação por sexo. O plantel formado pelo Comendador Souza Barros, contabiliza 113 homens e 118 mulheres, esse equilíbrio, segundo o que é apresentado pelas pesquisas de Florentino e Góes, reflete de modo particular a crise que se instalou com o fim oficial do tráfico atlântico em 1830. A elevação do preço dos cativos e a crise da oferta levaram os senhores a propiciar melhores condições para uma reprodução natural em seus cativeiros, além da maior oferta de mulheres cativas (FLORENTINO, 1997).

Nesse ambiente de mudanças, destaca-se a presença de uma reprodução expressiva com percentuais idênticos para as crianças de ambos os sexos na faixa etária de 0 a 4 anos; e uma incidência maior de meninas na faixa dos 5 aos 9 anos. Entretanto, é através do percentual elevado de homens e mulheres na faixa etária dos 45 aos 49 anos, em seu plantel, que podemos afirmar a existência de uma estabilidade. Outro dado a se destacar é a longevidade principalmente dos homens que, em idade avançada, computam um percentual de 8,7.

Gráfico 7: Pirâmide Etário-sexual dos escravos do Comor Manoel P.de Souza Barros



Fonte: Tabela 14 (ARIEIRA, 2007).

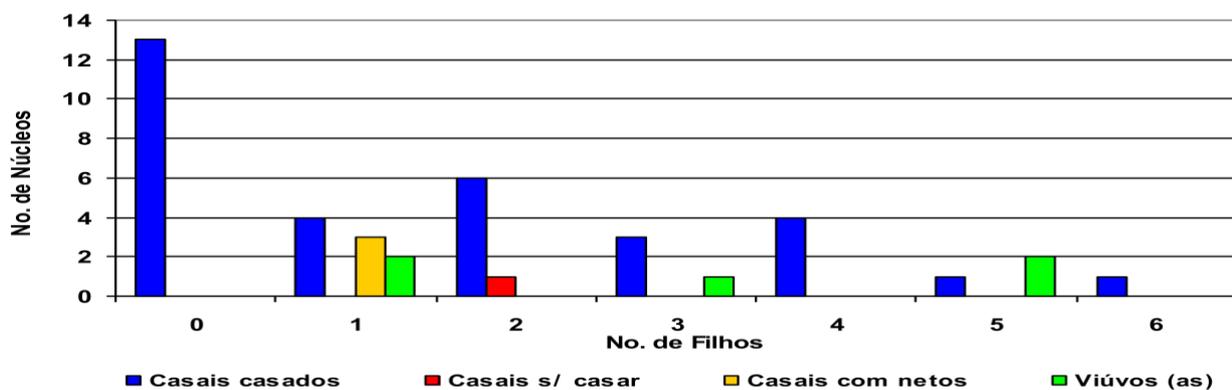
Ao longo do século XIX, continuava o plantel do Comendador a apresentar um número expressivo de casais constituídos com ou sem filhos, embora não conseguimos a comprovação do sacramento nos assentamentos de casamento e batismo de todos, tais uniões são reconhecidas no inventário e conseqüentemente seus filhos legitimados.

Há autores que destacam a formação de grupos familiares primários em outras áreas escravistas, destacando os matrifocais e nucleares. Percebemos nas fazendas Campo Alegre e Chacrinha uma equivalência nos dados apresentados especialmente por Florentino e Góes (1997), mesmo após algumas décadas. Segundo os autores as relações matrifocais retratam a grande necessidade e urgência dos cativos em aparentar-se

[...] em função do anúncio do fim próximo do comércio internacional de almas, verificou-se que os plantéis menores e maiores respondiam de forma semelhante ao incremento de desembarques: em ambos, as famílias matrifocais tendiam a superar as nucleares. [...] Os pequenos ajuntamentos de escravos, nos quais a presença e o contato com os hábitos senhoriais

eram maiores, provavelmente podiam prescindir antes, ou mais facilmente, da regra consubstanciada no matrimônio legal (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 146).

Gráfico 8: Número de Filhos por Tipo de Núcleo Familiar de Escravos das Fazendas Campo Alegre e Chacrinha



Fonte: Inventário de Manuel Pereira de Souza Barros⁵

A família escrava, expressa no gráfico, mostra nitidamente que o plantel era organizado a partir de núcleos familiares legitimados, com filhos ou não. Os núcleos matrifocais, aqui chamados de “casais sem casar”, não chegam a constituir um número expressivo, ao passo que os viúvos, ou seja, aqueles que já passaram pela experiência do matrimônio, apresentam um número representativo dentro do plantel. Essa estrutura apresentada pode-se dizer que é reflexo da mobilidade existente no plantel, pois

“Em épocas de estabilidade [...], os grupos familiares nucleares (pais casados e seus filhos, ou os esposos cujo matrimônio era legalmente sancionado) eram maioria e abrangiam a maior parte dos parentes” (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 140).

Os arranjos matrimoniais endogâmicos são quase a totalidade dentro do plantel. Corroborando, Florentino e Góes concluem que a endogamia por naturalidade era a norma. A tendência do crescimento da endogamia deveu-se ao crescimento da população crioula e conseqüentemente dos casais crioulos. Contudo, entre as famílias escravas, encontramos quatro casais exogâmicos, dos quais, três casamentos foram realizados com escravas oriundas da Bahia. Sabemos que as

5- Inventário do Comendador Souza Barros. Código de Fundo: 3J Seção de Guarda: CODES SDJ-Caixa: 18. Ano: 1872. Juízo da 1ª Vara Cível.

uniões mistas não eram a regra nos cativeiros e que para os homens africanos era difícil burlar a preferência das cativas pelos crioulos.

Isto significa que quanto maior era o volume do tráfico, maiores dificuldades tinham os africanos de realizarem seus casamentos dentro da norma.[...] os crioulos tendiam a se fechar entre si. [...] acirravam-se as rivalidades entre africanos e crioulo (FLORENTINO; GÓES, 1997, p. 149).

Mas ao olharmos o inventário do Comendador é preciso que procuremos ver além dos números e da lista de nomes. Faz-se necessário enxergarmos as pessoas que trilharam suas vidas entre os inúmeros cafezais, em afazeres que nunca se extinguiram. Pessoas que trouxeram riqueza e *status*, aos seus donos. Reconstruir seus caminhos é reconstruir uma história com poucas certezas, mas vale a pena tentar.

A estrutura de sociabilidade criada nos cativeiros levou o casal, Guilhermina e Honório, no mesmo ano que tiveram Justina, a serem padrinhos de Carlinda nascida em vinte e oito de setembro. Segunda filha de Magdalena, escrava na mesma fazenda dos compadres e solteira. De acordo com o inventário sua primeira filha Prudência possuía defeito físico, a identificação dos pais das meninas não constam em nenhum dos registros analisados. Entretanto, as meninas tiveram como avós Mateus Angola e Joana Nação, escravos no mesmo plantel.

Dois anos se passaram e novamente, irão levar à pia batismal mais uma criança, dessa vez é Elizário. Embora, não esteja expresso claramente que seus pais eram casados, em seu assentamento de batismo consta que era filho de Eugênio de Nação e Benedita. Essa, contudo era mãe de mais duas meninas, que provavelmente também serão filhas de Eugênio de Nação ou de um relacionamento anterior, como não foi encontrado nenhum assentamento de batismo, não podemos afirmar claramente. Elizário possuía um vínculo familiar extenso, tinha por parte de mãe uma tia de nome Generosa e o primo, Elisbão. Sua família estruturava-se a partir dos avós maternos Bibiano Cabinda e Delfina Conga, todos residiam na mesma fazenda de seus padrinhos.

Segundo Mattoso a relação de compadrio entre escravos possibilitava o estabelecimento de laços de “solidariedades individuais, de eleição homem a homem, fruto da vontade individual” (MATTOSO, 1982). E que os cativos estabeleceram vínculos de compadrio de maneira significativa com outros escravos.

Corroborando com o perfil apresentado pelos escravos do Comendador Souza Barros e o pensamento de Mattoso, José Roberto Góes em seu estudo da freguesia rural de Inhaúma do Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX, notou que

“[...] 66,6% dos pais, quando batizavam seus filhos, ligavam-se a outros compadres cativos. Escravos e ex-escravos foram padrinhos em 90,6% dos casos de batismo estudados por ele. [...]” (GÓES, 1993).

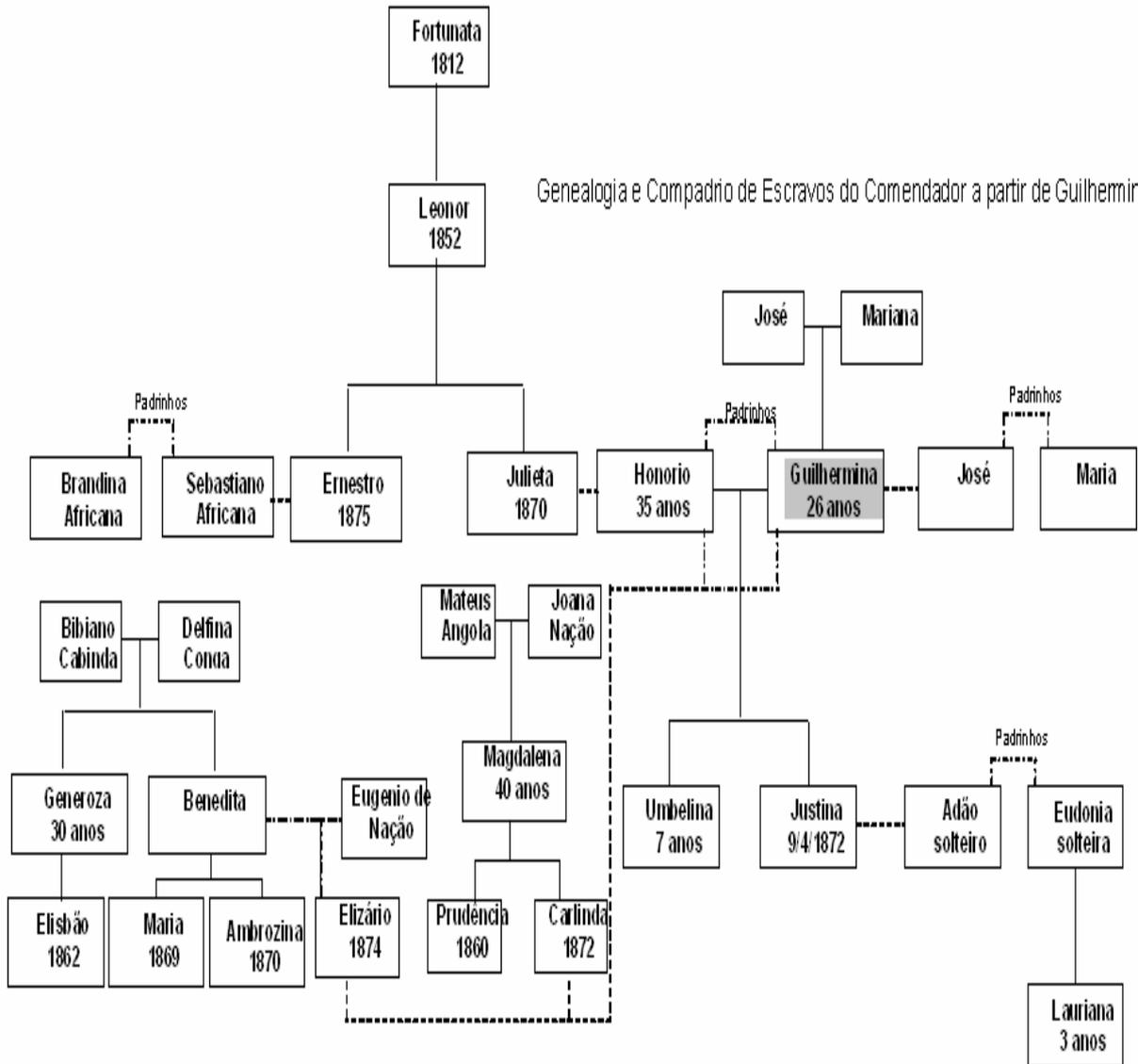
Partindo do princípio que a família dentro do cativo possuía um significado bem mais amplo; podemos identificar que foi com o casal José e Mariana de origem africana que teve início a genealogia apresentada onde os laços de compadrio se formaram entre os próprios “irmãos de cativo”.

Cabe-nos destacar que os padrinhos de Guilhermina, Justina e Ernesto são apresentados como solteiros e apenas comprovam que não estavam unidos pelo laço do matrimônio; portanto, esses três casais poderiam estar conectados às redes de relações por outras vias, ou até mesmo ter uma relação sancionada pela comunidade; além de que, solteiro não quer dizer solitário.

A tendência que identificamos nessa genealogia é que procuraram tecer solidariedades com a comunidade cativa a que pertenciam, inserindo em suas famílias elementos africanos e crioulos.

Guilhermina e Honório também serão compadres de Leonor que irá seguir os passos de sua mãe e constituirá uma família matrilinear. De acordo com o inventário Fortunata, de sessenta anos era mãe de Leonor de vinte anos que na época do inventário tinha uma única filha Julieta de dois anos, todavia, em agosto 1875 dará a luz a um menino Ernesto que será batizado por Sebastiano e Brandinadelho.

Genealogia e Compadrio de Escravos do Comendador a partir de Guilhermina

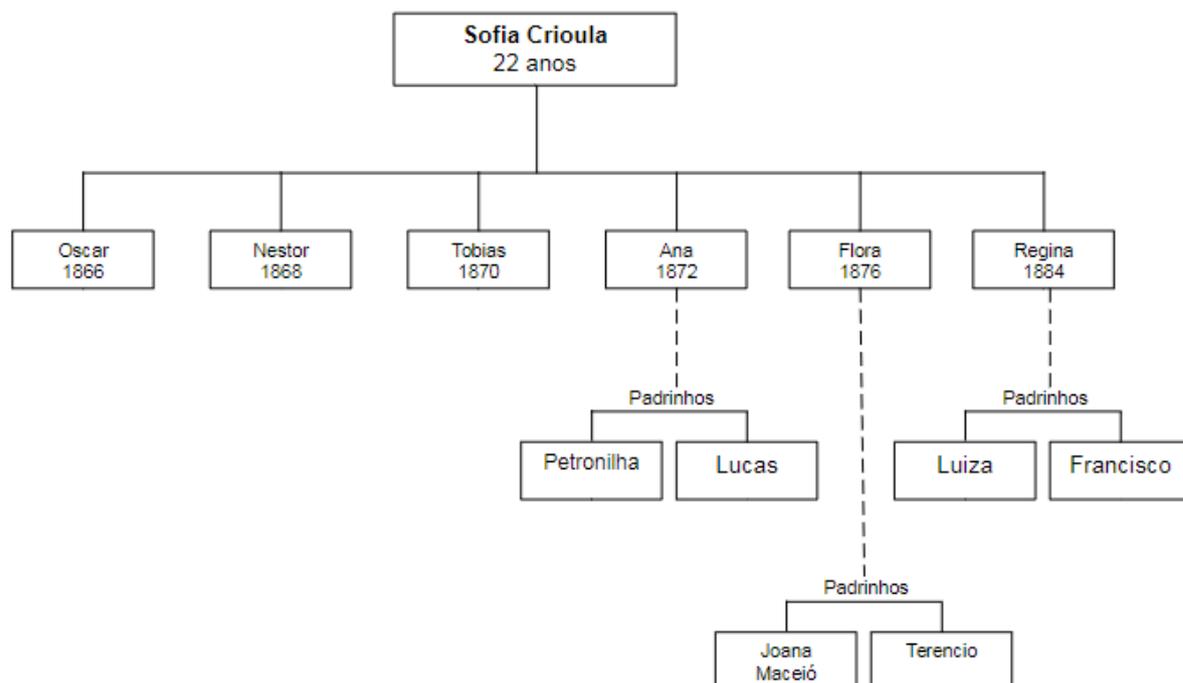


LEGENDA:
 — Parentesco direto (matrimónio e filiação);
 - - - - - Apadrinhamento
 - - - - - Vínculo incerto (provavelmente matrimónio, embora não esteja expresso claramente)

A família de Sofia Crioula segue os passos de Fortunata, Leonor e muitas outras. Aos vinte e dois anos e solteira, já era mãe de três meninos com idades entre dois e seis anos de acordo com o inventário, pois nenhum deles possui registro de batismo. Mas, em 24/5/1872 nasce Ana, sua primeira filha que é batizada pelos escravos Lucas e Petronilha, o batizado ocorre no dia 2/6/1872 na capela da Fazenda Campo Alegre. Quatro anos se passaram e mais uma menina, dessa vez é

Flora, nascida em 27/8/1876. Sofia escolhe novamente escravos que compartilhavam com ela o cativo, Terencio e Joana Maceió. E por último sua terceira filha, Regina nascida em 29/10/1884, foram seus padrinhos os escravos Luiza e Francisco.

Genealogia e Compadrio dos Escravos do Comendador a partir de Sofia Crioula



Nos plantéis das fazendas Campo Alegre e Chacrinha, em 1872 o grupo de africanos representavam 41% do plantel totalizando noventa e seis escravos de seis grupos etnolingüísticos, assim identificados: monjolo nagô, gêge, cabinda, moçambique, benguela, congo, hauça, benin, calabar; rebola, banto e Kwa.

Na visão de Mattoso (p. 76), “os africanos [...] deveriam adaptar-se não só à cultura de origem europeia dos senhores como também à cultura etnicamente heterogênea das senzalas”.

Assim sendo, perdiam a liberdade, a identificação, os costumes quando misturados a africanos de outros povos. Nessa perspectiva, é significativo comprovar que, apesar das rivalidades existentes entre africanos e crioulos, a incidência de uniões formais entre os dois grupamentos são pertinentes o que levaria a uma fusão cultural. O parentesco ritual também reforça assim, o entrelaçamento entre dois setores populacionais. Na sociedade escravocrata, a utilização do termo crioulo, denotava a cor negra e uma marca de nascimento, visto que os filhos de negros

nascido no país era assim denominado “crioulo”, e a criouliização, denota uma hibridação cultural gerada e experimentada pelos africanos, a partir do crescimento da população negra não africana.

As genealogias acima comprovaram o que muitos trabalhos já destacaram que os crioulos de primeira geração tinham maior probabilidade de serem criados em famílias constituídas de pai e mãe, com a transmissão de referentes culturais linguísticos africanos, entretanto, na segunda e terceira geração, ocorre uma grande incidência de famílias matrifocais, com a perda de referenciais culturais.

Além da diversidade cultural africana, os escravos eram nitidamente “influenciados” pela matriz cultural branca. O Barão de Vista Alegre, filho do Comendador Manoel Pereira de Souza Barros tinha em sua fazenda uma banda de música

[...] , constituída de escravos, com cerca de 40 figuras, a qual, envergando seu uniforme luzidio, executava, na varanda, diariamente, durante as refeições [...], as mais variadas peças do seu repertório.[...]” (IORIO, 1953, p. 195)

Na genealogia das muitas Guilherminas, reconhecemos o escravo como sujeito histórico, capaz de adaptações e preservador de sua herança cultural.

Podemos, concluir que as relações de parentesco entre os cativos, a formação de comunidades e as tradições foram essenciais na manutenção dos grandes plantéis da região de Valença, principalmente durante o tráfico interno.

Da mesma forma que através dos registros de batismo e inventários conseguimos identificar várias mulheres que formaram famílias matrifocais, na qual constituíram o elo de ligação e identificação dos seus filhos, uma realidade presente não só nos cativeiros da região. Como já tínhamos conhecimento, um número significativo de escravos não legalizavam sua situação ou mesmo seus arranjos familiares não eram reconhecidos pelos seus senhores.

Observando os escravos que pertenceram ao Comendador Manuel Pereira de Souza Barros, notamos a formação de um grande número de famílias com ou sem filhos e até três gerações convivendo juntas num mesmo cativo. Concluímos que o reconhecimento dessas relações se faziam por parte de seu senhor, em face da grande maioria não possuir o registro de casamento.

O que esse texto procurou mostrar foi, por um lado, recorrência de alguns apadrinhamentos, como o caso de Guilhermina que nos leva a supor o grau de prestígio e importância desses escravos dentro da comunidade, e por outro, que as relações comunitárias entre os escravos em Valença, criaram condições para a adaptação dos primeiros africanos que aqui chegaram, de seus descendentes, os crioulos da terra, que em um processo de hibridação cultural formaram identidades coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, A.J. **Cultura e Opulência do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.p.11.

ARIEIRA, R.F. **Família e Redes de Sociabilidade em Valença: Um estudo de caso (Província do Rio de Janeiro -1823-1888)**. Dissertação de mestrado, USS, 2007.p 90.

BONAVIDES, P.; VIEIRA. R.A. Amaral. Textos políticos da História do Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, s/d. p. 556-562. IN: CALDEIRA, Jorge e outros. CD-Rom. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo. Cia das Letras,1997.

DA VIDE, S. M. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)**. Livro I. Título XX. & 73, p. 33.

FARIA. S.C. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998., p.343.

FLORENTINO, M.; GÓES, J.R. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.p.173-174.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.p.178.

GÓES, J.R. O cativo imperfeito. **Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX**. Vitória-ES: Lineart, 1993, p.168.

GÓES, J.R.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M.D. (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p.180.

GRAHAM, M. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821,1822 e 1823, tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe**, São Paulo: Cia. Editora Nacional (Brasiliana, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, v.8), 1956, p. 222.

IÓRIO, L. **Valença de Ontem e de Hoje: 1789-1952**. Juiz de Fora, 1953. p.195.

LAEMMERT, **Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1875, p. 246 e 1876, p. 275.

LAEMMERT. **Almanaque Administrativo Mercantil e Industrial**. 1874, p.246.

MACHADO, H. **Escravos, Senhores e Café: A crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense (1860-1881)**. Niterói - RJ: Cromos, 1993. p. 113.

MATTOSO, K.Q. **Ser escravo no Brasil**. 1982, p.76-80.

RIBEYROLLES, C. **Brasil pitoresco; histórias; descrições; viagens; colonização; instituições**. Tradução e notas de Gastão Penalva, 2v. São Paulo: Martins, 1941, p. 39.

SCHWARTZ, S.B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.330.

SILVA, S.P. **As relações sócio-parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, província do Rio de Janeiro (1823-1885)**. Dissertação de mestrado,USP,2005.